Requerimento: 138 / 2026

Autor: Ver. Alexandre do Carmo Taques Vasconcellos

Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o Douto Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis, à Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração, Senhora: Camila Campos de Carvalho, solicitando informações detalhadas acerca da cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP).

Requer-se, especificamente:

1. Esclarecimentos sobre a forma como é realizada a cobrança da referida contribuição;

2. Qual a base de cálculo utilizada para definição dos valores cobrados;

3. Quais os canais oficiais disponibilizados à população para contestação de valores considerados indevidos ou abusivos, bem como para solicitação de revisão ou retificação da cobrança.

A presente indicação se fundamenta nas diversas manifestações de munícipes que relatam aumento significativo no valor da cobrança da iluminação pública em suas faturas de energia elétrica, havendo casos em que o montante teria praticamente dobrado.
Diante dessas reclamações, torna-se imprescindível que o Poder Executivo preste esclarecimentos quanto aos critérios adotados para a cobrança, garantindo transparência, legalidade e respeito aos princípios que regem a administração pública.
Além disso, é fundamental que a população tenha conhecimento claro dos meios adequados para registrar reclamações, solicitar revisões e assegurar seus direitos enquanto contribuintes.
A medida visa assegurar transparência na gestão dos recursos públicos e proteger os consumidores de eventuais cobranças indevidas ou desproporcionais.

DOC: 1777304287

SALA DAS SESSÕES, 27 de Abril de 2026

Alexandre do Carmo Taques Vasconcellos
1° Vice-presidente(a) - PSDB